

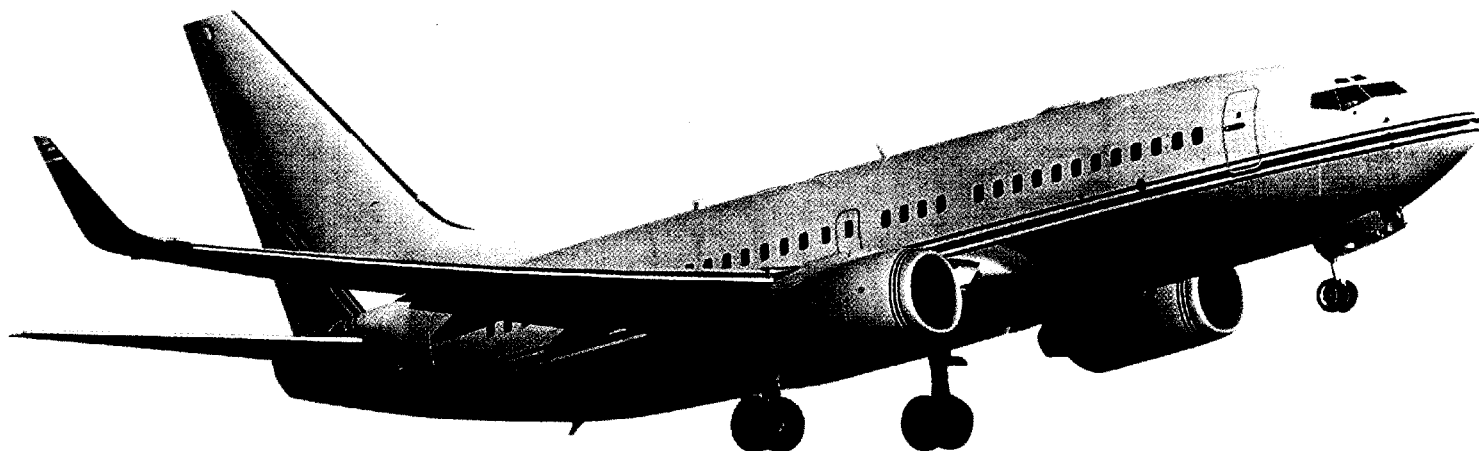
Diário Notícias 17-07-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	703 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	5

[O CASO DOS VOOS DA CIA

Investigação europeia abre polémica social-democrata

Carlos Coelho, presidente da comissão do PE, quer investigar operações ilegais da CIA no Velho Continente e quer interrogar vários governos, incluindo o de Lisboa, sobre estas actividades. Mas Pacheco Pereira, seu colega de partido, discorda desta atitude “infeliz”. E aconselha o Executivo a recusar “intromissões” de Bruxelas “num Estado soberano”

📍 Pedro Correia



O caso dos voos suspeitos de transportarem detidos da CIA para prisões ilegais no centro e leste da Europa ganha novas dimensões com a intenção, já revelada pelo Parlamento Europeu (PE), de desencadear acções de investigação em vários países comunitários.

Portugal é um destes países suspeitos de terem servido de escala aos aviões, cuja operação configura “graves violações dos direitos humanos fundamentais”, segundo um relatório votado numa comissão do PE presidida pelo deputado social-democrata Carlos Coelho. Um relatório agora contestado por outro destacado membro do PSD – José Pacheco Pereira, que também já foi deputado em Bruxelas.

Os parlamentares europeus estão mandatados, desde o passado dia 6,

para investigarem, por mais seis meses, “o envolvimento e a cumplicidade” de dez Estados membros da União Europeia, entre eles Portugal, numa série de actividades ilegais da CIA no Velho Continente, incluindo casos de “sequestro, afastamento, rapto e detenção ilegais de suspeitos de terrorismo”, a pretexto do combate aos bombistas islâmicos.

Proposta de Ana Gomes

Sob proposta da eurodeputada Ana Gomes, a comissão presidida por Carlos Coelho pretende fazer diligências junto do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, face à falta de informações prestadas pelo anterior titular, Freitas do Amaral. O director-geral do Serviço de Informações e de Segurança, Antero Luís, o director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Manuel

Jarmela Pardos, e o director do Instituto Nacional de Aviação Civil, Luís Almeida, são outros responsáveis que podem ser ouvidos pela comissão. Carlos Coelho está convicto de que o Governo sabe mais do que diz, segundo referiu à agência Lusa.

José Pacheco Pereira discorda desta missão do Parlamento Europeu e critica o seu companheiro de partido. “A proposta é de Ana Gomes (tinha de ser) e obteve a complacência de Carlos Coelho, em ambos os casos tomando muito infelizes atitudes, para não dizer outra coisa”, contesta Pacheco Pereira em texto publicado no seu blogue, Abrupto. Pacheco, que chegou a ser vice-presidente do Parlamento Europeu, considera que a anunciada inquirição dos eurodeputados às autoridades de Lisboa constitui uma inge-



Diário Notícias 17-07-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	703 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	5

Eurodeputada socialista Ana Gomes acusa vários governos europeus, incluindo o português, de “cumplicidades activas e passivas” com o “gangue” de Washington na “prática de raptos, sequestros, tortura e outros crimes”

rência nos assuntos internos portugueses. E faz um apelo sem rodeios ao Governo para travar esta investigação.

“Espero bem que os nossos responsáveis nas áreas mais sensíveis da nossa política externa e segurança nacional digam claramente que não, que não aceitam este tipo de intromissões do PE num Estado soberano”, escreve Pacheco no Abrupto.

Ao longo de toda a tarde de ontem, o DN tentou contactar várias fontes governamentais, não tendo sido possível apurar, até à hora do fecho desta edição, se o Executivo – e o Ministério dos Negócios Estrangeiros em particular – prestará esclarecimentos a Bruxelas.

Raptos, sequestros, tortura

A socialista Ana Gomes é uma das maiores defensoras no PE da clarificação de todo este processo, que na sua opinião tornou alguns países europeus cúmplices de “um gangue que não olha a meios e despreza os valores essenciais da Justiça e Direitos Humanos”. Este “gangue”, segundo a ex-embaixadora de Portugal na Indonésia, “infiltrou-se na Administração do nosso aliado americano e, a pretexto do hediondo 11 de Setembro, logrou obter cumplicidades, activas e passivas, dos nossos governos e serviços estatais para a prática de raptos, sequestros, tortura e outros crimes”.

Numa intervenção feita no passado dia 5, na sessão plenária do PE, Ana Gomes denunciou Washington por manter “à margem da lei, quer americana, quer internacional”, numerosos “alegados combatentes de

guerras ilegais’ que apodrecem em cadeias de Guantánamo e Cabul”.

Elogiando o trabalho desenvolvido “com seriedade” por Carlos Coelho, apesar de ser seu adversário político, a eurodeputada socialista exige o “imediato reforço do controlo parlamentar dos serviços de segurança nos Estados membros e inspecções intrusivas das autoridades aeroportuárias para impedir mais ‘entregas extraordinárias’ perante a conivência generalizada dos países europeus”.

“Inacreditável”

Aprovado em Estrasburgo, por números muito expressivos – 389 eurodeputados votaram a favor e 137 contra, tendo-se registado 55 abstenções –, o relatório do Parlamento Europeu considera “absolutamente inacreditável” que tenha sido possível realizar muitas centenas de voos no espaço aéreo de diversos Estados membros, com o correspondente movimento nos aeroportos europeus, sem o conhecimento dos serviços de segurança ou dos serviços secretos “e sem que as autoridades responsáveis por estes serviços se tenham, pelo menos, interrogado sobre a relação entre estes voos e a prática de entregas extraordinárias” de prisioneiros aos Estados Unidos.

Um exemplo: o “raptor, por agentes da CIA em Milão, a 17 de Fevereiro de 2003, do cidadão egípcio Abu Omar” não pode ter ocorrido sem o conhecimento dos serviços de segurança italianos.

Além das autoridades portuguesas e italianas, o Parlamento Europeu pretende ouvir responsáveis de

outros seis Estados membros (Alemanha, Espanha, Irlanda, Polónia, Reino Unido e República Checa) e ainda de dois candidatos da Europa de Leste à adesão europeia (Bulgária e Roménia).**¶**

O que diz o relatório do Parlamento Europeu

⊕ **ILEGALIDADES** “Em alguns casos” os serviços da CIA terão sido “directamente responsáveis” pelo sequestro, afastamento, raptor e detenção ilegais de suspeitos de terrorismo no território dos Estados membros e dos países em processo de adesão e candidatos, assim como pela entrega extraordinária de, entre outros, cidadãos ou residentes europeus.

⊕ **INACREDITÁVEL** Os deputados consideram “improvável” que alguns governos europeus não tenham tido conhecimento das actividades relacionadas com entregas extraordinárias que tiveram no seu território e “absolutamente inacreditável” que se tenham podido realizar muitas centenas de voos [por iniciativa da CIA] no espaço aéreo europeu.

⊕ **VIOLAÇÕES** “Estas acções não estão de acordo com os conceitos conhecidos do direito internacional e constituem graves violações dos direitos humanos fundamentais. “A proibição da tortura ou de tratamentos cruéis é absoluta e sem excepções.”